



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
Conselheiro Domingos Neto  
Telefone(s): (65) 3613-7513  
e-mail: presidencia@tce.mt.gov.br

Ofício Nº : 2236/2017

Cuiabá-MT, 15 de dezembro de 2017

A sua Senhoria a Senhora  
**ZAMARA BRANDÃO RIBEIRO**  
RG: M-8712148 / SSP -MG  
CPF/CNPJ: 032.996.446-10  
Rua das Bromélias, 39, Bairro Cond. Florais Cuiabá  
Cuiabá/MT CEP 78.049-418  
Fone: (65) 99982-7377  
zamarabrandao@terra.com.br



Assunto: Processo nº 32.952-5/2017 (Auditoria Especial de Conformidade).

Prezada Senhora,

Com fundamento nas disposições do artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, artigos 6º e 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), artigos 137, "c" e "d", e 140, da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, **CITO** Vossa Senhoria para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar alegações de defesa sobre os apontamentos contidos no Relatório Técnico Preliminar (Doc. nº 321573/2017) e respectivo Anexo (Doc. nº 322058/2017), emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal, referentes a Auditoria Especial de Conformidade sobre despesas judiciais de saúde realizada no Hospital de Medicina Especializada Ltda. (Hospital Santa Rosa), sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES/MT.

Oportunamente, destaco que a ausência de manifestação no prazo estabelecido implicará na declaração de revelia e consequente aplicação de seus efeitos, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e artigo 140, § 1º, do Regimento Interno, ambos anteriormente citados.

Atenciosamente,

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
Conselheiro **DOMINGOS NETO**  
Presidente em substituição legal

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT. LF